Processo TC nº 015.064/2008-0
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Conforme relatado na instrução de peça 18, o Tribunal, por meio do Acórdão nº 6637/2009 – 1ª Câmara (peça 2, p. 58-59), proferido em 17/11/2009, dentre outras deliberações, julgou irregulares as contas do Sr. Salomão Benevides Gadelha, ex-prefeito do Município de Sousa/PB, em virtude de sua omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos mediante o Convênio nº 804548/2004, celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, condenou-o ao pagamento do débito de R\$ 36.177,57 e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92 e no art. 267 do RI/TCU, no valor de R\$ 7.000,00.

2. Em 30/12/2009, o responsável interpôs embargos de declaração contra o referido Acórdão, o qual foi conhecido e negado provimento, por meio do Acórdão nº 2698/2013 – 1ª Câmara, proferido na Sessão de 07/05/2013.

3. Ocorre que o Sr. Salomão Benevides Gadelha faleceu em 25/11/2010, conforme “*Certidão de Óbito*” anexada aos autos (peça 7, p. 13), e o julgamento de mérito dos embargos de declaração aconteceu somente em 07/05/2013. Com efeito, observa-se que o trânsito em julgado do Acórdão condenatório deu-se em data posterior ao falecimento do responsável.

4. Desse modo, considerando o disposto no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU nº 178/2005, alterada pela Resolução nº 235/2010, que prevê a possibilidade de o Tribunal rever, de ofício, o acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação, este representante do MP/TCU manifesta-se de acordo com a proposta formulada pela unidade técnica, no sentido de que seja excluído o subitem 9.2 do Acórdão nº 6637/2009 – 1ª Câmara, que se refere à aplicação da multa ao responsável, mantendo-se os demais termos do *decisum*.

Ministério Público, em setembro de 2013.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral